

RESENHA



O ódio à democracia e o rechaço da política

RANCIÈRE, Jacques. *O Ódio à Democracia*. São Paulo: Boitempo, 2014.

Mónica Brun Beveder*

Jacques Rancière, um dos filósofos mais importantes da atualidade, nasceu no ano 1940 em Argel, capital da Argélia. Formou-se em filosofia na École Normale Supérieure na década de 1960, onde conheceu o marxista Louis Althusser, tornando-se um de seus mais destacados discípulos até os acontecimentos de 1968, em Paris, quando Rancière distancia-se e rompe intelectual e politicamente com Althusser. Em artigo publicado no ano 1969 por Rancière, o filósofo insiste que os limites do althusserianismo, principalmente a crítica da ideologia, tornaram-se evidentes com os desdobramentos de 1968.

Os motivos que levaram Rancière a romper com Althusser parecem estar articulados aos argumentos e teses – especialmente o que o filósofo entende por política – presentes no livro que é objeto desta resenha. Em *O Ódio à Democracia* (tradução literal do original, intitulado *La Haine de la Démocratie* e publicado na França em 2005), evidencia-se a preocupação de Rancière em recolocar o potencial subversivo da democracia com base na política, conectando o ódio à democracia ao rechaço da política. Nesse sentido, escreve Rancière: “a paixão democrática que incomoda tanto os ‘candidatos de governo’ [...] é simplesmente o desejo de que a política signifique mais do que uma escolha entre oligarcas substituíveis” (p. 96-97) e, portanto, o ódio à democracia se identifica com o ódio à política.

O sentimento antidemocrático alimentado pela *intelligentsia* dominante não é algo recente. Isso se torna evidente no propósito do livro de apresentar, numa perspectiva histórica, os principais eixos ou aspectos do

*Doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da UERJ, professora substituta do Departamento de Política Social e Serviço Social Aplicado da Escola de Serviço Social da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Email: <mbrunb@hotmail.com>

discurso antidemocrático que expressam e conduzem o ódio à democracia ainda hoje. A crítica à democracia parte da ideia de que ela significa uma “crise da civilização que afeta a sociedade e o Estado através dela” (p. 10), porque dela transbordaria o principal mal contra o “universalismo republicano”, que se expressa pelo respeito das diferenças, pelo direito das minorias, pelas ações afirmativas.

O governo democrático [...] é mau quando se deixa corromper pela sociedade democrática que quer que todos sejam iguais e que todas as diferenças sejam respeitadas. Em compensação, é bom quando mobiliza os indivíduos apáticos da sociedade democrática para a energia da guerra em defesa dos valores da civilização, aqueles da luta das civilizações (p. 10).

O ódio à democracia é, em verdade, o ódio ao povo e ao “governo da multidão” que, desde a Grécia Antiga, significa a ruína de toda ordem. O ódio à democracia não é o ódio às instituições democráticas, mas ao sujeito que de fato dá sentido a essas instituições. Uma democracia “boa” é aquela que orienta suas instituições democráticas para a repressão da “catástrofe da civilização democrática” (p. 11).

No primeiro capítulo, o filósofo aborda o papel dos intelectuais na trajetória da compreensão da democracia e na construção e fortalecimento do sentimento antidemocrático, apresentando elementos da crítica à democracia que está centrada na oposição entre um bom governo democrático e o mal da vida democrática. Ao longo do tempo, esses ideólogos tem operado um deslocamento do conteúdo de significância da democracia, opondo-a, num primeiro momento, ao totalitarismo para depois incorporar alguns dos aspectos deste último. Nas palavras de Rancière, “as propriedades que eram atribuídas ao totalitarismo concebido como um Estado que devorava a sociedade, tornaram-se simplesmente as propriedades da democracia, concebida como uma sociedade que devora o Estado” (p. 20). No contexto de Guerra Fria, o conceito de totalitarismo deixa de ter valor, e seus traços são realocados para refazer o conceito do que antes era seu contrário: a democracia.

A contenção dos “excessos” da civilização democrática, o controle de sua desordem, o enfrentamento da vitalidade perigosa da vida democrática, de suas “energias políticas excessivas” (p. 17) deve ser conduzido pelo “bom” governo democrático através do estímulo e favorecimento da vitalidade passiva da vida privada. No entanto, o favorecimento de relações e formas de interação social da vida privada acarretava a multiplicação de aspirações e demandas, gerando um cidadão indiferente aos bens públicos e contestador da autoridade do governo democrático. Diante disso, a “boa democracia” deve ser uma forma de governo aliada a uma vida social que seja capaz de controlar esse “duplo excesso”: por um lado, os excessos advindos da atividade coletiva e, por outro, da retração individual. A demo-

cracia seria, portanto, o “reino do excesso”. Por isso, diz Rancière que o “discurso intelectual dominante une-se assim ao pensamento das elites censitárias e cultas do século XIX: a individualidade é uma coisa boa para as elites; torna-se um desastre para a civilização se a ela todos tem acesso” (p. 42).

O segundo capítulo trata sobre o crime democrático contra a ordem da filiação humana, baseada no princípio de nascimento e no princípio da riqueza sobre os quais se assentava a legitimidade dos governantes. Para os ideólogos antidemocráticos, o problema da democracia é a igualdade que ela pressupõe, uma igualdade contra os privilégios do nascimento, da filiação, da riqueza, da propriedade privada. Ao adotar o princípio do sorteio para definir a hierarquia de posições, a democracia grega estabelece o escândalo de um título que é nada mais do que a ausência de título. Assim, o título democrático para governar estabelecido é a ausência de qualquer título. A democracia é, então, uma ruptura com a ordem da filiação e é justamente essa ruptura que dá lugar à política. Em outras palavras, “para que haja política, é necessário um título de exceção, um título que se acrescente àqueles pelos quais as sociedades pequenas e grandes são ‘normalmente’ regidas e que, em última análise, reduzem-se ao nascimento e à riqueza” (p. 65).

O absurdo de deixar que o “Deus do acaso” decida o governo não poderia servir para as sociedades modernas, mais desenvolvidas e complexas. Assim, em contraposição ao princípio do sorteio, o meio mais apropriado seria o princípio da representação, que significaria a “representação do povo soberano pelos seus eleitos, a simbiose entre a elite dos eleitos do povo e a elite daquele que nossas escolas formaram no conhecimento do funcionamento das sociedades” (p. 57).

A crítica de Rancière ao sistema representativo é melhor desenvolvida no terceiro capítulo, onde defende que o mais exato seria chamar a “democracia representativa” de sistema parlamentar. Isto porque, para ele, a representação é, na verdade, uma forma oligárquica que garante a representação das minorias que tem título, sendo, portanto, desde sua origem, “o exato oposto da democracia” (p. 70), o meio através do qual a elite exerce seu poder em nome do povo, uma forma de deixar no passado o fundamento do “governo de qualquer um”, para substituí-lo pelo “governo da maioria”.

No entanto, o escândalo democrático gera uma esfera pública, na qual entram em conflito a lógica “natural” dos títulos para governar e a lógica da ausência de títulos que é a base do “governo de qualquer um”. A expansão da esfera pública, a qual os “bons” governos democráticos tendem a estreitar, tem sido ampliada pelas lutas sociais contra sua privatização, resultando em duas conquistas históricas: por um lado, o reconhecimento da qualidade de iguais e de status de sujeitos políticos, através da inclusão no sistema político dos que não possuíam título para participar da vida

pública, e o reconhecimento do caráter público de instituições, espaços e relações considerados privados, que se expressa na luta dos movimentos sociais em torno de reivindicações como o aumento dos salários, a melhoria das condições de trabalho, a ampliação de direitos sociais.

Logo, para Rancière, democracia se conecta também com a luta pela extensão da vida pública, revelando-se no “movimento que desloca continuamente os limites do público e do privado, do político e do social” (p. 81), movimento que é inerente à própria política. O movimento democrático é, portanto,

um duplo movimento de transgressão dos limites, um movimento para estender a igualdade do homem público a outros domínios da vida comum e, em particular, a todos que são governados pela ilimitação capitalista da riqueza, um movimento também para reafirmar o pertencimento dessa esfera pública incessantemente privatizada a todos e qualquer um (p. 75).

No quarto e último capítulo, Rancière retoma os aspectos atuais da crítica à democracia – a “grande catástrofe pela qual a humanidade destrói a si mesma” (p. 90) –, questionando a afirmação comum de que vivemos em Estados democráticos apenas pelo fato de existir um sistema representativo com uma série de “mínimos necessários” para cumprir esse requisito.

Em verdade, defende Rancière, vivemos em “Estados de direito oligárquicos” (p. 94), onde poder político/estatal e poder econômico apropriam-se da coisa pública numa sólida aliança, limitando o alcance do reconhecimento da soberania popular. Nesse sentido, o “povo soberano” se torna uma espécie de ficção que serve para legitimar práticas políticas de constituição da casta de “representantes do povo” que confiscam o poder com base na legitimidade democrática.

O sistema democrático oligárquico instala-se de forma mais aparentemente consensual com o fim da União Soviética e com o refluxo dos movimentos sociais e das organizações de esquerda. O domínio do “pensamento único” sobre todas as formas de interpretar a realidade e a perspectiva de que não existe alternativa à ordem social vigente, estabelece com mais força a aliança entre a riqueza e a ciência para a legitimação da autoridade dos governos. Quando a justificativa dos “especialistas”, da técnica e da ciência é questionada, tornando evidente que não há consenso, a explicação reiterada pelos governantes e seus ideólogos é que se a ciência não consegue impor sua legitimidade é por causa da “ignorância dos atrasados, o apego ao passado, seja ele o das vantagens sociais, dos ideais revolucionários ou da religião dos antepassados” (p. 101). Esse argumento revela ainda mais o desejo dos governos oligárquicos de livrar-se do povo e da política. O que aparece como “necessidade histórica inelutável” é, na verdade, a “conjunção de duas necessidades: uma própria ao crescimento

ilimitado da riqueza e outra própria ao crescimento do poder oligárquico” (p. 104).

Por isso, pode-se afirmar, seguindo o caminho de reflexão que Rancière nos apresenta, que a democracia serve como dispositivo ideológico de despolitização das questões da vida pública, mascarando a dominação oligárquica (p. 116). Mas isso não é apenas resultado do que seria o uso ilegítimo da palavra democracia. “Se as palavras servem para confundir as coisas, é porque a batalha a respeito das palavras é indissociável da batalha a respeito das coisas” (p. 117).

Em meio a duros golpes contra a frágil democracia brasileira, num cenário de regressão e total desprezo pelas conquistas sociais históricas da classe trabalhadora no país, o livro de Jacques Rancière torna-se uma preciosidade para compreender o Brasil de hoje. Embora o sentimento antidemocrático, o temor e a recusa do intolerável “poder do povo” sejam marcas constitutivas da formação social brasileira, o livro *O Ódio à Democracia* nos convoca a recuperar o potencial e a “força singular” que são próprios à democracia. Nesse sentido, ela é

a ação que arranca continuamente dos governos oligárquicos o monopólio da vida pública e da riqueza a onipotência sobre a vida. Ela é a potência que, hoje mais do que nunca, deve lutar contra a confusão desses poderes em uma única e mesma lei da dominação (p. 121).

DOI: 10.12957/rep.2016.25405



A Revista Em Pauta: Teoria Social e Realidade Contemporânea está licenciada com uma Licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional.